

# Modelo de Desenvolvimento latino-americano e feminicídio: uma análise sobre as relações de poder e a performance de gênero

<https://doi.org/10.22151/ELA.4.1.1>

**Bruna Soares de Aguiar**

*Pesquisadora na plataforma Latitude Sul (IESP/UERJ), no GRISUL (UNIRIO), LabMundo (IESP/UERJ), e editora executiva do Boletim Conjuntura Latitude Sul.*

[brusoresaguiar@gmail.com](mailto:brusoresaguiar@gmail.com)

## Resumo

*O debate sobre desenvolvimento na América Latina é apresentado por diferentes vieses. Neste artigo o tema será tratado à luz da temática de gênero. Para além das críticas feministas, será analisada a estrutura do social-liberalismo que perpetua a realidade de marginalização de mulheres na região. Compreendendo que o modelo de desenvolvimento, tradicionalmente, é trasladado do Centro e que, por conseguinte o padrão de poder capitalista é mantido na sociedade latino-americana, o feminicídio é delimitado como ápice da exclusão feminina, levando em consideração as relações de poder e as performances de gênero inseridas no processo. Para atingir este objetivo serão apresentados dados quantitativos sobre índices de feminicídio na América Latina e revisão bibliográfica sobre o tema.*

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Feminicídio, Gênero, Padrão de Poder, Relações de Poder

## Abstract

*The development debate in Latin America is presented by several types of bias. In this article, the theme will be addressed in the light of the thematic of gender. In addition to the feminist critiques, the social-liberalism structure, which perpetuates the reality of the marginalization of women in the region, will be analyzed. In a context in which the development model has traditionally been transferred from the Center and the pattern of capitalist power is maintained in Latin American society, femicide is delimited as the summit of female exclusion, taking into account the power relations and gender performances inserted in the process. To achieve this goal, quantitative data on femicide rates in Latin America and bibliographical review on the subject will be presented.*

**Keywords:** Development, Femicide, Gender, Pattern of Capitalist Power, Power Relationships

## Introdução

O pensamento crítico sobre desenvolvimento na América Latina fornece diversos mecanismos de análise que permitem a compreensão para além dos modelos econômicos. É evidente que este tema é imprescindível para o desenvolvimento, mas os aspectos sociais devem ser considerados a partir da realidade do país e/ou região. De acordo com Quijano (2000), a colonialidade do poder é central na concepção de desenvolvimento da modernidade, uma vez que é a forma de dominação das potências Centrais em relação às Periféricas. Estas por sua vez transplantam essa lógica para o doméstico, baseando-se nas diferenças como de raça e gênero gerando uma dominação política e econômica acompanhadas de dominação epistêmica, filosófica, científica e linguística (Quijano, 2000).

De acordo com Wallenstein (2006 *apud* Quijano, 2000), o fenômeno do desenvolvimento é vinculado ao modelo de produção capitalista. E neste, os países são classificados como Centro, Semiperiferia e Periferia, estrutura hierárquica a partir da divisão internacional do trabalho, “que unifica de alguma forma a economia-mundo e a balança de poder, que norteia a competição interestatal” (Osório, s/d: 6). O Centro é composto pelos países que estão no topo da hierarquia do sistema-mundo, envolto em tensão econômica, possuem a prerrogativa de explorar o conjunto de países que compõem o grupo Periférico, o qual está no último nível da estrutura, e possui baixo aparato estatal e condição econômica. No meio termo encontram-se os países Semiperiféricos, que exploram os Periféricos e são explorados pelo Centro. A partir destas divisões se compreende a ideia de desenvolvido referentes àqueles do Centro, subdesenvolvido à Periferia, e em desenvolvimento aos Semiperiféricos.

A perspectiva de desenvolvimento assumida, atualmente, na América Latina, característica do período de governos ditos de esquerda, chamada Onda Rosa,<sup>1</sup> revelou uma aspiração por agendas mais inclusivas para mulheres, indígenas, e outros grupos tradicionalmente marginalizados. No entanto, diversos autores apontam que tais discursos não são alcançados, uma vez que a região transplanta modelos de desenvolvimento do Centro para a realidade do Sul global (Quijano, 2000; Mignolo, 2005; Bringel e Echart, 2017; Echart, 2017). Tais análises demonstraram que este modelo de desenvolvimento era uma forma alternativa ao período neoliberal, mas caracterizado pelo extrativismo somado a políticas sociais (Gudyanas,

---

<sup>1</sup> Os primeiros quinze anos do século XXI na América Latina foram caracterizados por um fenômeno marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda[...] essa ascensão das esquerdas na região, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (uma “vaga” de esquerda a percorrer a região), com diversas características coincidentes, mas com suas especificidades locais. O fenômeno foi chamado de “onda rosa” latino-americana, ou expressões semelhantes (conferir, por exemplo, Panizza, 2006, que fala em “maré rosa”) (Silva, 2014: 1-2).

2010; Domingues, 2013; Bringel e Echart, 2017; Echart, 2017). Denominado social-liberalismo (Domingues, 2013), o modelo de desenvolvimento da região, possui padrão de poder capitalista que se desenvolve (Wallenstein *apud* Quijano, 2000) e estrutura as relações no interior dos países. A ideia de colonialidade é trasladada para o âmbito nacional, havendo um colonialismo interno (Mignolo, 2005), oriundo da missão civilizadora dos processos de independência dos países latino-americanos, mas que se mantiveram nas estruturas sociais ao longo dos anos. Este colonialismo estruturou o as relações de poder e limitou o diálogo com alguns grupos, que foram mantidos a margem, como negros, índios e mulheres. As diferenças imperiais foram construídas com base nesse arranjo hierárquico e explorador, enquanto a América Latina era colônia subjugada ao centro europeu desenvolvido. No contexto doméstico dos países latino-americanos, aqueles que não foram reconhecidos legatários do *ethos* europeu, eram subjugados pela elite e marginalizados no processo de desenvolvimento.

Neste trabalho será analisado o caso das mulheres, estudos sobre relações de gênero e modelos de desenvolvimento latino-americano, a partir de uma perspectiva crítica (Echart, 2017; Aguinaga et al, 2011), fornecem um parecer historicista do movimento feminista na América Latina e a forma como buscaram incidir nos espaços de tomada de decisão. Considerando contribuições como estas essenciais para o estudo do tema, a proposta deste artigo é, a partir do estado de arte, analisar a situação da mulher no atual modelo de desenvolvimento da região em correlação com o feminicídio. Baseada na delimitação das relações de poder, de acordo com Foucault, inseridas no padrão de poder capitalista, no social-liberalismo, será apresentada a construção do gênero, em conformidade com a definição de Judith Butler, e como esta resulta na exclusão das mulheres a partir de performances<sup>2</sup> pré-determinadas, tendo como ápice dessa marginalização o feminicídio, que por definição é a morte violenta de mulheres em razão de gênero.

A conclusão que se pretende ao final do artigo será a compreensão do feminicídio como máxima discriminação feminina no social-liberalismo, resultado das translações de modelos de desenvolvimento do Centro para a América Latina, que mantiveram o padrão de poder capitalista<sup>3</sup> na estrutura social da região. E ainda que a existência de legislações que tipificam o

---

<sup>2</sup> Repetições de atos produzem normas produzidas por um aparato de poder, que ao mesmo tempo que excluí é definidor, a partir do processo contínuo de repetição dos atos. Ou seja, o ser mulher e ser homem são atos impostos por uma estrutura de poder, repetidos ao longo do tempo, em determinado contexto, e assim é o que os dá significado.

<sup>3</sup> O padrão de poder capitalista é aquele baseado na exploração e colonização dos atores vistos como inferiores na estrutura social. No âmbito das Relações Internacionais seria a exploração da Periferia pelo Centro, processos de colonização europeia na América Latina e demais países do Sul, e no âmbito doméstico a exploração das minorias políticas, como mulheres, indígenas, negros, mestiços, migrantes.

crime de feminicídio se mostram insuficientes para findar a violência contra a mulher,<sup>4</sup> e são na verdade, formas de reconhecimento da exclusão em razão de gênero no modelo de desenvolvimento e suas respectivas relações de poder.

## **Modelo de desenvolvimento latino americano**

O processo de desenvolvimento na região assumiu discurso oficial, e gerou diversas categorias (imperialismo, dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento) que levaram a sequências de mudança na distribuição do poder (Quijano, 2012). O desenvolvimento do debate latino americano, foi um projeto de descentralização e redistribuição do controle do capital industrial do capitalismo moderno no pós-Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, os países subdesenvolvidos ansiavam pela modernização, objetivando compor o bloco dos países desenvolvidos do ocidente. Assim, os países Centrais apresentavam a ideia de que “subdesenvolvimento” e “em desenvolvimento” eram etapas para atingir o desenvolvimento. A América Latina, mesmo após a remoção do Estado Oligárquico, manteve suas estruturas coloniais, principalmente através da dependência do padrão de poder capitalista, enraizado nas relações de exploração e dominação, antes postos na região pelos colonizadores, e depois pelos próprios Estados (Quijano, 2012). A perspectiva de desenvolvimento na América Latina era apresentada, atrelada a ideia de modernidade (Escobar, 1992), ou seja, alcançar o status dos países Centrais. Mas, para Escobar (2005) a modernidade fracassou no tempo da globalização, justamente por ser resultado da ideia de desenvolvimento apresentada e transplantada do Centro.

Nos anos 1960, foi desenvolvida uma teoria da dependência na América Latina, representada principalmente pela Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL), que apontava a condição de subdesenvolvido relacionada ao modo como os países se projetavam nas relações internacionais pela desigualdade comercial, e não uma etapa do processo para ser desenvolvido (Bringel e Echart, 2017). Percebeu-se então que para superar esta realidade, seria necessária a dinamização dos mercados internos, para haver melhorias na participação internacional. O resultado foi desnacionalização de alguns setores da economia dos países latino-americanos, objetivando a integração na economia capitalista mundial, ações para atração de empresas estrangeiras. A atuação no Estado se dava na internacionalização do capital

---

<sup>4</sup> A violência contra a mulher pode ser de diferentes tipos: psicológica, econômica, verbal, sexual, física. Para fins deste trabalho foi escolhido estudar a violência física através do crime de feminicídio. Mas é importante ressaltar que a compreensão da autora não se limita apenas a esta forma de violência como resultado do modelo de desenvolvimento latino-americano.

nacional (Bringel e Echart, 2017), mas às custas dos interesses da sociedade, e tornando os países mais dependentes do Centro.

O movimento crítico da teoria da dependência, em certa medida foi contribuidor para a implementação do padrão de poder capitalista na região. A partir dos anos 1980 e a queda do Muro de Berlim, o padrão de poder capitalista tornou-se consenso, permitindo o triunfo da globalização neoliberal, somado ao Consenso de Whashington<sup>5</sup>, este modelo ganhou força na região latino-americana, com centralidade do desenvolvimento de mercado e papel limitado do Estado. As consequências sociais e ambientais deste modelo foram intensas para a região e passou a haver necessidade, novamente, de uma alternativa crítica a este padrão “neodesenvolvimentista” (Bringel e Echart, 2017). Em 1990, na tentativa de levar para o desenvolvimento uma concepção mais humana, ocorreu uma adjectivação do desenvolvimento (Bringel, 2013), “desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável” (Bringel e Echart, 2017). A crise do projeto de modernidade deu início ao pós-desenvolvimento, com discurso de autonomia regional e ideia de penetração do tecido social através de uma relação da política com a economia (Bringel e Echart, 2017).

De acordo com Bringel e Echart (2017), a virada do século e a alternância de governo na América Latina no século XXI gerou um “social-liberalismo” (Domingues, 2013 *apud* Bringel e Echart, 2017), uma nova forma de dominação, que além de firmar o mercado, incluí o social por meio de políticas focalizadas e fomento da lógica consumista e empreendedora, como por exemplo o Bolsa Família no Brasil. Modelo característico da Onda Rosa que apresentou um discurso de autonomia e integração regional, e centralidade dos Estados<sup>6</sup>, Bringel e Echart (2017) afirmam ser um “neoliberalismo” mais amplo e sofisticado. O entendimento existente é de que as práticas resultantes, tanto dos modelos anteriores de desenvolvimento latino americano, quanto no social-liberalismo, geraram um “fascismo social” (Santos, 2002 *apud* Escobar, 2005: 28). A ideia de fascismo social nada mais é do que um regime social, em sociedades democráticas, que opera de modos excludentes. “[...] Em termos de exclusão espacial; [...]; o fascismo da insegurança; e o fascismo financeiro [...]”<sup>7</sup> (Santos, 2002: 447-458

---

<sup>5</sup> Uma série de recomendações internacionais, que datam o ano de 1989, realizadas pelo economista Jon Williamson. Direcionadas aos países subdesenvolvidos, incluindo América Latina, tornou-se medidas recomendadas obrigatórias do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre as recomendações estavam reforma fiscal, abertura fiscal, política de privatização, redução fiscal do Estado. O Consenso de Washington ficou conhecido como mecanismo para propalar o neoliberalismo.

<sup>6</sup> Brasil, Chile, Argentina, Chile e Uruguai são países que implementaram este modelo de desenvolvimento nos últimos anos do século XXI (Bringel e Echart, 2017).

<sup>7</sup> No original: “[...] Em términos de exclusión espacial; [...] el fascismo de la inseguridad; [...] y fascismo financeiro” (Santos, 2002: 447-458 *apud* Escobar, 2005: 28).

*apud* Escobar, 2005: 28). Os movimentos sociais, incidem nesses resultados do modelo de desenvolvimento:

A expansão do capitalismo a todas as esferas da vida social passa a ser barrada pelos movimentos sociais na América Latina através da disputa pela vida e por territórios. Emerge assim, na mudança de século, um momento extremamente ambivalente no qual um imaginário mais progressista e de autonomia se expande regionalmente, mas implementando políticas social-liberais e neodesenvolvimentistas que atuam mais como elemento que limita do que potencializador da emancipação. Beneficiam a parcela importante da população em curto prazo, mas abrem novos caminhos para a dominação capitalista em médio e longo prazo (Bringel e Echart, 2017: 22).<sup>8</sup>

O modelo social-liberal limita a emancipação por tornar o indivíduo dependente da lógica consumista, a partir de uma perspectiva colonial. A América Latina apenas substituiu os atores de dominação e os dominados, por isso indígenas, negros e mulheres são marginalizados tanto no âmbito internacional quanto no doméstico, em que há um colonialismo interno (Mignolo, 2005; Quijano, 2000; Bringel e Echart, 2017). As políticas sociais foram implementadas como formas de “redistribuir” as riquezas e expandir a participação no modelo de desenvolvimento vigente, tornando ou reforçando, a medição de capacidades, mais a partir do poder de consumo do que pelos direitos conquistados. É importante nesta perspectiva indagar em que medida estas políticas sociais de fato são mecanismos de mudança, porque a inclusão, no social-liberalismo, não torna os indivíduos marginalizados parte da sociedade, já que as estruturas coloniais são mantidas. Como o caso da legislação sobre feminicídio, uma medida que não altera a estrutura patriarcal<sup>9</sup> e machista da colonialidade do poder (Quijano, 2000), pois tem ação sobre o resultado e não nas causas. De acordo com Zibechi (*apud* Quijano, 2000), na América Latina o Estado foi erguido excluindo uma parte da população, ao contrário do que ocorreu na Europa. O indígena, negro, mestiço, mulheres foram postos à parte do

---

<sup>8</sup> No original: “La expansión del capitalismo a todas las esferas de la vida social pasa a ser frenada por los movimientos sociales en América Latina a través de la disputa por la vida y por los territorios. Emerge así, en el cambio de siglo, un momento extremamente ambivalente en el cual un imaginario más progresista y de autonomía se expande regionalmente, pero implementando políticas social-liberales y neodesarrollistas que actúan más como elemento contenedor que potenciador de la emancipación. Benefician a parcelas importantes de la población en el corto plazo pero, a la vez, abren nuevos caminos para la dominación capitalista en el medio y en el largo plazo” (Bringel e Echart, 2017: 22).

<sup>9</sup> O patriarcalismo do desenvolvimento da região fundamenta e normaliza a submissão das mulheres e as práticas coloniais mantêm-se atuais sendo exercidas em novos aspectos e funções nas ordens democráticas. De acordo com Saffioti (2004 *apud* Silveira e Costa, s/d), não é possível fazer uma distinção entre patriarcalismo e capitalismo. A autora atenta ao fato de que a estrutura patriarcal existe desde a época da escravidão e vem passando as diversas organizações sociais ao longo do tempo. O patriarcalismo “[...] um regime que se ancora em uma maneira de os homens assegurarem-se para si mesmos e para seus dependentes, os meios diários para a produção e reprodução da vida” (Saffioti, 2004:105 *apud* Castro e Machado, 2016: 27).

desenvolvimento, por não possuírem o *ethos* do Centro. O resultado foi relações de capitalismo de produção com padrão excludente. Segundo Gargallo (2007: 22) “o colonialismo europeu marcou a América Latina com cicatrizes profundas: [...] se rege por uma economia de mercado determinada por um centro externo a região; e sua estrutura social é patriarcal, racista e discriminatória.”<sup>10</sup>

No debate sobre modelos de desenvolvimento que foi sendo transplantado ao longo do tempo para América Latina (Quijano, 2000; Escobar, 2005; Echart, 2017; Bringel e Echart, 2017; Aguinaga et al, 2011), e apresentado aqui por duas vertentes a teoria da dependência e o social-liberalismo, houve em paralelo perspectivas críticas que buscavam a inclusão de indivíduos na lógica desenvolvimentista ou propostas de modelos alternativos. O pós-Segunda Guerra foi igualmente determinante para os movimentos sociais na luta por inclusão nos modelos de desenvolvimento, questionando o padrão de poder implementado, e uma busca por emancipação.

### ***Modelo de desenvolvimento latino-americano e a crítica feminista***

De forma geral, o desenvolvimento é um processo colonial e patriarcal. Sendo analisado pela lógica economicista, como as feministas liberais, ou agregando os pressupostos mais inclusivos, das ecofeministas, feministas marxistas, todas identificam uma estrutura em que a mulher não é ator central do discurso nem da prática. Até a década de 1970, as mulheres haviam sido incluídas na lógica desenvolvimentista apenas como receptoras passivas:

Segundo o esquema ocidental, universalizado através dos programas de desenvolvimento, estes enfocavam a casa como unidade receptora homogênea, e especialmente ao homem como ‘provedor familiar’ que tem um trabalho assalariado, enquanto as mulheres estão a cargo da casa como dependentes<sup>11</sup> (Aguinaga et al, 2011: 57).

A atuação do movimento feminista permite uma maior visibilidade da marginalização de acordo com gênero na lógica desenvolvimentista. Os movimentos feministas, nas décadas de 1970-1980, foram importantes para debater a participação da mulher no desenvolvimento. Na década de 1970, especificamente, ocorreram importantes vitórias no sentido de compor o movimento por independência do imperialismo, na defesa de reconstrução do modelo de

---

<sup>10</sup> No original: “El colonialismo europeo ha marcado América Latina con cicatrices profundas: en su mayoría es un continente católico; se rege por una economía de mercado determinada por un centro externo a la región; y su estructura social es patriarcal, racista y discriminadora” (Gargallo, 2007: 22).

<sup>11</sup> No original: “Según el esquema occidental, universalizado a través de los programas de desarrollo, estos enfocaban al hogar como unidad receptora homogénea, y especialmente al hombre como “proveedor familiar” que tiene un trabajo asalariado, mientras las mujeres están a cargo del hogar como dependientes” (Aguinaga et al, 2011: 57).

desenvolvimento, e também no incremento de debates por inclusão, sexualidade e direitos reprodutivos (Echart, 2017). A comunidade internacional implementou diversas ações neste sentido, como Conferência Mundial na Cidade do México, em 1975, que deu início a Década da Mulher (1976-1985) na Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo era incorporar a mulher no mercado de trabalho e a busca por direitos sociais e civis. O movimento aconteceu também nos países do Sul, como Angola, Senegal, Chile e Cuba. Mas não havia questionamento sobre a estrutura do padrão de poder capitalista (Aguinaga et al, 2011).

Nos anos 1980, na Terceira Onda do Feminismo, o debate foi focado em gênero no desenvolvimento e feminismo socialista, colocando gênero como categoria central na globalização (Aguinaga et al, 2011). Naquele momento, a mulher passou a ser vista como agente de mudança e receptora de desenvolvimento. Aconteceu questionamento da subordinação das mulheres no sistema de gênero do padrão capitalista e dos ambientes de subordinação, se antes a ausência de direitos civis e políticos relegavam um fascismo social às mulheres no espaço público, esta repressão passou para o âmbito privado. Nos anos 1990, com feminismo pós-colonial<sup>12</sup>, há reconhecimento da existência da diferença entre homens e mulheres no desenvolvimento (Aguinaga et al, 2011), as feministas do Sul ganham mais importância neste debate pela necessidade de mudança estrutural, de forma a aumentar o acesso a recursos materiais simbólicos e de participação efetiva:

No momento de incorporação do contexto, os movimentos feministas da época também reivindicavam a necessidade de incluir o cotidiano e o pessoal como espaços nos quais as estruturas patriarcais se tornassem visíveis, sendo necessário superar a dicotomia público-privada (e, em paralelo, as esferas produtivas-reprodutivas) nas quais os grandes projetos de desenvolvimento ainda são suportados (Echart, 2017: 145).<sup>13</sup>

Nos anos seguintes, instituições continuaram incluindo a perspectiva de gênero em seus debates, a exemplo da ONU que trouxe a dimensão de desenvolvimento humano, aquele adjetivado, em que buscou a inclusão do indivíduo frente ao neoliberalismo, e em 2000, a Articulação Feminista do Mercosul criada para incidir na Cúpula de Beijing, tendo como

---

<sup>12</sup> É o feminismo que surgiu em contraposição aos debates feministas ocidentais. No feminismo pós-colonial há críticas ao pressuposto universalizante das feministas tradicionais dos países desenvolvidos, e debate outras variáveis que integram as vidas de mulheres não-ocidentais, de países do Sul global, como classe social, raça, etnia. Os debates provêm de ideias internas e de culturas próprias.

<sup>13</sup> No original: “A la hora de incorporar el contexto, los movimientos feministas de esa época también reivindicaron la necesidad de incluir lo cotidiano y lo personal como espacios en los que se visibilizan las estructuras patriarcales, siendo necesario para ello superar la dicotomía público-privado (y, en paralelo, las esferas productiva-reproductiva) en la que aún se sustentan los grandes proyectos de desarrollo. Este será un punto de partida esencial para incorporar nuevos espacios, conflictos y actores hasta ese momento excluidos del debate y que, sin embargo, permiten pensar otras formas y espacios de agencia en las luchas de las mujeres” (Echart, 2017: 145).



objetivo promover o feminismo no âmbito regional e global (Echart, 2017). Contudo, a incorporação das demandas, por parte de Cúpulas e instituições, quando feitas, eram de modo a perpetuar a estrutura do padrão de poder capitalista. Assim, como a teoria da dependência e social-liberalismo contribuíram para incluir os países latino-americanos na lógica do Centro, as demandas feministas estavam sendo mobilizadas pelas instituições fomentando a submissão e exclusão das mulheres nos espaços sociais. A partir deste momento, surge a necessidade de criação de espaços próprios, não apenas redes de diálogos, mas um movimento transnacional, com pensamento em alternativas de desenvolvimento e às relações de poder que marginalizam as mulheres, mesmo quando suas demandas são inclusas no debate (Echart, 2017).

A criação de agendas próprias que não pudessem ser apropriadas tornou-se o objeto dos movimentos feministas. A interlocução entre os diferentes espaços geográficos foi mantida, mas surgiram ações locais, de acordo com país e/ou região. Começaram a conseguir espaços de debate a partir de realidades e relações de poder específicas, lutando pela real justiça de gênero, além de medidas legislativas e políticas, mas uma mudança da estrutura de poder do padrão capitalista (Kabeer, 2012 *apud* Echart, 2017).

A partir desses espaços transnacionais começa-se a construir uma crítica mais ampla ao desenvolvimento, que vem a ser questionado como imposição de um determinado modelo ocidental de organização política, social e econômica que, desvaloriza outras realidades e formas de vida. Ao mesmo tempo, a ação das redes transnacionais fortalece as lutas locais, que na atualidade estão ganhando protagonismo nas disputas no campo do desenvolvimento. Neste contexto, a construção de alternativas “exige levar em consideração as diversas escalas dos conflitos que gera o projeto de desenvolvimento, que permeia o local e o global, com todas as suas assimetrias e com um peso diferenciado dos atores econômicos, políticos e sociais em cada uma dessas escalas (Bringel e Echart, 2015 *apud* Echart, 2017: 151-52).<sup>14</sup>

As relações de poder, resultantes do modelo de desenvolvimento capitalista, em voga através do social-liberalismo na América Latina, reservam às mulheres a subalternidade e fascismo social. Mas, dentre todas as formas de fascismo as quais as mulheres são submetidas, aqui será debatido o fascismo da insegurança, entendido como quando os corpos femininos são postos como espaços públicos e, apesar de atuação de movimentos feministas para modificação

---

<sup>14</sup> No original: “A partir de esos espacios transnacionales se empieza a construir una crítica más amplia al desarrollo, que viene a ser cuestionado como imposición de un determinado modelo occidental de organización política, social y económica, que minusvalora otras realidades y formas de vida. Al mismo tiempo, la acción en redes transnacionales fortalece las luchas locales, que en la actualidad están ganando protagonismo en las disputas en el campo del desarrollo. En este contexto, la construcción de alternativas “exige tener en cuenta la multiescalaridad de los conflictos que genera el proyecto de desarrollo, que permea de lo local a lo global, con todas sus asimetrías y con un peso diferenciado de los actores económicos, políticos y sociales en cada una de esas escalas” (Bringel e Echart, 2015 *apud* Echart, 2017: 151-52).

desta lógica, as ações feitas pelos governos têm resultados opostos ao pretendido, ocorre a submissão. A premissa do social-liberalismo é incluir a perspectiva individual, mas acaba por manter a dependência em todas as instâncias, mesmo quando em 2012, nove países (Bolívia, Brasil, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela) outorgaram leis que reconheciam o feminicídio como tipo específico de crime, não aconteceu mudança na estrutura que permite o assassinato de mulheres, mas manteve as relações de poder e reconhecimento jurídico dessas relações.

A delimitação de objetivos como empoderamento de mulheres, integração na economia e na política em uma realidade latino-americana, deve ser associada a reflexão sobre a estrutura de desenvolvimento promovida na região, que outorga a reprodução de um padrão de poder em que 98%<sup>15</sup> dos assassinatos de mulheres não são solucionados. Tanto homens quanto mulheres, na definição normativa, estão submetidos a relação de poder que impõe e normatiza seus padrões comportamentais. Quando é rompido os corpos que não interpretaram o papel corretamente são castigados. Assim, este modo de disciplina torna-se uma norma também usada como mecanismo para instaurar a normalidade. Os mecanismos para tanto são diversos, neste trabalho considera-se o feminicídio como resultado dessa instauração de normalidade no social-liberalismo, e é justamente neste viés que os movimentos sociais feministas buscam incidir atualmente.

### **Feminicídio, relações de poder, gênero como performance**

Uma análise do desenvolvimento na América Latina, deve levar em consideração tanto as categorias que ocupam o centro do regime, como Estados, capital estrangeiro, iniciativa privada, quanto aquelas que são marginalizadas devido a própria lógica do sistema. No caso de gênero, pensar como são estruturadas as relações de poder, dentro do padrão capitalista, e a maneira que incidem nas possibilidades permitidas de ser homem e ser mulher na sociedade, permite, em certa medida, a compreensão de algumas causas de práticas discriminatórias na região.

Para fins desta argumentação, o padrão de poder capitalista é compreendido como resultado de relações de poder segundo a definição de Foucault (1999). O autor tratou justamente dos poderes exercidos nas diferentes relações sociais, tanto entre Estado e governados, quanto entre indivíduos. Foucault estabelece uma relação triangular entre a ideia de poder, direito e verdade (Pogrebinschi, 2004). O poder é visto como direito devido a estrutura

---

<sup>15</sup> Dados coletados pela autora e pela pesquisadora Lorena Miguel, em pesquisa desenvolvida no Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da UNIRIO, 2017.

da sociedade, se existe leis, há os que devem obediência, para tanto a legislação sobre feminicídio deveria ser uma solução para o fascismo da insegurança vivenciado pelas mulheres, contudo o poder na forma de verdade está nos discursos reproduzidos, uma vez que segundo o próprio autor, “somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar[...]” (Foucault, 1999: 29). A verdade reproduzida no modelo de desenvolvimento social-liberal é a do poder definido pelo consumo, em que inclui aqueles que detêm capacidade econômica e marginaliza os demais. De acordo com a Pesquisa Permanente de Lares, os ricos na Argentina são homens e brancos, e a população pobre é majoritariamente feminina e negra, e a renda das mulheres é 27% menor do que a dos homens.<sup>16</sup>

De maneira abstrata, Foucault trata do poder como relações de forças que não surgem de um determinado centro, mas de maneira periférica e, portanto, sem unidade (Pogrebinski, 2004). O poder está presente em todas as relações de forças, e assim Foucault apresenta duas tecnologias do poder, divididas em séries (Ferreirinha e Raitz, 2010): série corpo, que são os mecanismos disciplinares e série população, que são os mecanismos regulamentares. O primeiro substituiu o poder soberano, instituições disciplinares foram criadas de modo a naturalizar a subjugação dos indivíduos, os diferentes modelos de desenvolvimento criaram mecanismos de subjugação através de instituições, que delimitavam aqueles que poderiam ou não ocupar o espaço público, quando homens eram ativos no processo, as mulheres eram as receptoras passivas, delegadas ao espaço privado na manutenção da vida reprodutiva e do cuidado (Aguinaga et al, 2011).

Ao contrário do poder soberano, o disciplinar, não é centralizado e visível, a sua forma de eficácia está justamente na invisibilidade, que garante a visibilidade dos sujeitos. “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior adestrar” (Foucault 2001b: 143 *apud* Pogrebinski, 2004), este poder exercido pelas instituições disciplinares, possui técnicas. Estas são implementadas de modo a tornar mais útil os resultados do exercício do poder, e este menos custoso, seja política ou economicamente. A disciplina, como bem colocado por Pogrebinski (2004), é uma forma de poder racional, automática e anônima, que aumenta a produção do saber e torna os indivíduos a ela submetidos, dóceis. Foucault apresenta três dispositivos disciplinares: olhar hierárquico, sanção normalizadora e o exame. A primeira, é o poder de vigilância que tem relação direta com a produção, quanto mais disciplina maior produtividade (Pogrebinski, 2004), este poder pode ser vislumbrado no

---

<sup>16</sup> Pesquisa divulgada pelo site do jornal El País sobre o primeiro trimestre do ano de 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/03/internacional/1499112140\\_906810.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/03/internacional/1499112140_906810.html) Acesso em: agosto de 2017.

modelo de desenvolvimento econômico, em que a produção e o incremento do mercado interno são mecanismos de inserção das relações internacionais, e reconhecimento como desenvolvido.

A sanção normalizadora é relacionada à ideia de castigo, um valor corretivo. Essa necessidade de normalizar é na verdade suprimir, através da diferenciação e hierarquia as características específicas dos sujeitos de forma a torná-los parte de uma norma, as condutas dos indivíduos devem ser normalizadas para cumprirem um padrão. Este mecanismo de exercício do poder pode ser pensado na lógica das mulheres no modelo de desenvolvimento. Quando se reflete sobre o feminicídio, pode-se considerar uma sanção normalizadora, no que tange a sua própria definição. E, por fim, o exame é uma relação entre vigilância e sanção normalizadora, “somatório da objetivação e sujeição”; é uma forma de controlar a normalidade através da vigilância, que qualifica, classifica e pune (Pogrebinschi, 2004). No exame, o sujeito é objeto e efeito do poder. Segundo a CEPAL, pelo menos 12 mulheres são vítimas de feminicídio diariamente na América Latina, e segundo o Small Arms Survey de 2016, dos 25 países mais violentos do mundo, 14 são latino americanos. Os números totais indicam a dimensão de tal violência. Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG) das Nações Unidas, nos 25 países da região, o total de 2089 mulheres foram vítimas deste crime em 2014.

Ao poder disciplinar, soma-se aquela segunda série comentada anteriormente- série população- mas também chamado de biopoder. Enquanto aquele se caracterizava pela individualização dos corpos, este poder que o complementa, é marcado pela atuação na vida dos sujeitos de forma a massificá-los. Por não exercer influência nos corpos de maneira individualizada, mas atuar sobre fenômenos que exercem consequências coletivas na vida dos indivíduos, há uma necessidade de medir o biopoder (Pogrebinschi, 2004). É importante ressaltar que Foucault não estabelece uma relação de substituição entre a disciplina e o biopoder. Ambos existem na sociedade, e em algumas situações atuam de maneira complementar. A sexualidade é o exemplo citado por Foucault como forma de coexistência dos dois poderes, por envolver tanto o biológico quanto a disciplina, a ideia de indivíduo e de coletividade. Desta forma, o que há em comum nos dois tipos de poder é a norma, pois “possibilita a manutenção do equilíbrio entre a ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população” (Pogrebinschi, 2004: 197).

O que propicia a efetividade do poder é o fato dele induzir e produzir coisas, prazer, discurso, “deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 1981: 8), está imerso em uma estrutura social, em um padrão de poder, que para fins deste trabalho

compreende-se como o capitalista. Oriundo de países Centrais, que tradicionalmente, desde o período colonial reprimiam as Colônias através da exploração, o padrão de poder capitalista foi reproduzido pelos Estados com seus governados, e nas relações entre estes indivíduos, em que há explorador e explorado (Quijano, 2000). Em suma, uma relação de poder é uma ação sobre outra ação, é o reconhecimento do outro para que seja possível a prática da ação, e a permissão para que exista um campo de reação de efeitos dessa ação:

[...] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele operar sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e quando eles agem ou são suscetíveis de agir (Foucault, 1995: 243).

Para tratar especificamente desta relação de poder nas perspectivas de mulheres no modelo de desenvolvimento latino-americano, faz-se necessária a delimitação sobre o conceito gênero. A proposta de Judith Butler é o debate de gênero como uma ação performativa, segundo a autora, no caso o que toma destino não é a biologia, mas a cultura, neste trabalho a cultura ocidental, capitalista e eurocentrada. A biologia que está envolta na concepção do que é sexo, foi uma escolha política para satisfazer interesses específicos, no contexto latino-americano os interesses do Centro, aquela disputa do Pós-Segunda Guerra, de modo a incluir os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em um modelo de desenvolvimento internacional implementado pelo Ocidente. Assim, gênero pode ser visto “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003: 29). No Brasil, de acordo com o IPEA, já em 1980 o número de mulheres assassinadas era de 1353, e só aumentou atingindo o valor de 4762 no ano de 2013.<sup>17</sup> No intervalo de 10 anos (2001-11) estima-se que 50 mil mulheres foram mortas pela razão de ser mulher no Brasil.

A autora não considera a existência de identidades de gênero. Nesta concepção as repetições de atos são inseridas nos corpos, que acabam por gerar e reproduzir normas, que delimitam, naquele contexto, as características de determinado gênero, exatamente como as relações de poder delimitadas por Foucault funcionam. Implementam, através de diversos mecanismos, o padrão de normalidade e que gere melhor custo benefício aquele que exerce o Poder, seja Estados ou indivíduos. Butler propõe que a concepção de gêneros performativos não abarca essência ou identidade nas representações corporais. “Gênero como performance

---

<sup>17</sup> A legislação brasileira só teve alteração recentemente para tipificar o crime de feminicídio, no ano de 2015. No entanto, os últimos dados sobre o tema no país são do ano de 2013.

aponta a necessidade de repetição que segundo Butler se configura numa ‘repetição estilizada de atos’”, esses atos sempre foram impostos, se antes com ausência de direitos civis e políticos para mulheres, depois com a participação no desenvolvimento de maneira passiva, e atualmente com a limitação da ocupação dos espaços e dos direitos adquiridos, podendo atingir diferentes níveis como o feminicídio (Rabelo e Amazonas, 2014: 147).

O que pode haver de contribuição de Butler para análise da marginalização da mulher no modelo de desenvolvimento latino-americano, é também quando a autora aponta o sujeito construído pelas estruturas de poder que através de um aparato repressivo exclui, porém ao mesmo tempo resulta de um processo contínuo (Oliveira, s/d), exatamente como foi delimitado na sessão anterior, o processo dialético dos modelos de desenvolvimento, em que por mais que houvessem modelos críticos, por serem inseridos na mesma estrutura, reproduziram a marginalização de indivíduos. São escolhas para medir quais identidades podem existir e quais não podem, as identidades são formas de construir regras para a sexualidade, a dualidade entre homem e mulher, onde cada um tem características e padrões específicos a serem concebidos. O padrão heterossexual é a regra, e os comportamentos que dele “derivam” são o que as identidades masculina e feminina devem performar. Caso contrário há um desvio, e uma ruptura da relação de poder predeterminada. O que foge essa regra gera uma “desordem” de gênero e para que essa estrutura seja mantida a identidade depende de perpetuação e fixação, portanto o que não reproduz está lógica é visto como subversivo (Oliveira, s/d). O padrão de poder capitalista é que perpetua essas identidades, pois práticas repetidas e reguladas garantem a manutenção do modelo de desenvolvimento. Os corpos passam a representar papéis a eles imputados pelas características presumidas para o gênero. A mulher é relacionada a ideia de cuidado, maternidade, passividade, responsabilidade, tudo o que é “calmo” e privado, o poder que a mulher exerce é nesta esfera.

Judith Butler elabora uma teoria que trata tanto gênero quanto sexo como flexíveis e mutáveis de acordo com as condições, e também delimita que as identidades construídas, por meio de repetições das ações, assumidas como características de dado grupo, são resultados de escolhas políticas e mecanismos de poder que impõe um padrão de normalidade. Assim, a marginalização da mulher, no atual modelo de desenvolvimento latino americano, aqui é entendida como ação de poder sobre o Outro. É possível perceber tanto em Foucault quanto em Butler, essa dimensão do poder. O primeiro quando trata das relações de poder remete à disciplina e ao biopoder como forma de reprimir e levar o Outro a agir de determinada forma. Em Butler a ação sobre o Outro está no que tange à constituição do gênero e sexo, que como padrões moldam os comportamentos.

Em *Vida Precária*, Butler abarca especificamente a dimensão da ação do Outro sobre o indivíduo e sua constituição comportamental. As vontades são moldadas através do discurso, fazendo com que as obrigações sejam impostas sem que se saiba de onde vêm. A forma como o meio social adapta os indivíduos gerando atos performáticos é uma espécie de violência externa, e a violência interna é aquela que é aprendida, reproduzida com o outro, ou consigo mesmo por meio do autoflagelo (Butler, 2015). Segundo Adriana Quiñones, representante da ONU Mulheres na Guatemala, a questão da região latino-americana é exatamente a cultura de tolerância da violência contra mulheres e meninas, “é vista em todos os meios a todo tempo: os crimes contra as mulheres se apresentam com imagens muito cruas e ninguém parece se preocupar com isso. A violência se normaliza, é vista como parte da vida das mulheres” (ONU Mujeres, 2017).<sup>18</sup>

Para a ecofeminista alemã Maria Mies, o corpo das mulheres é a terceira colônia, à parte do Estados colonizados e a natureza submetida. Esta postura articula a denúncia dos processos coloniais como formas patriarcais de domínio e por tanto, induz uma postura crítica ao desenvolvimento, a fim de que seja pensada uma articulação complexa de formas de descolonização e despatriarcalização<sup>19</sup> (Aguinaga et al, 2011: 68).

Os padrões, construídos pelo modelo de desenvolvimento, do que é normal engessam as performances dos indivíduos. As relações de poder que resultam dessa dinâmica colocam os sujeitos e os corpos imersos em uma realidade delimitada e repressora, o desviante é passível de punição. Os indivíduos, a todo momento, devem cumprir e respeitar normas que determinam seu agir, moldam seus atos e formam suas vontades. Os espaços reservados, na prática, às mulheres latino americanas, ainda são marginais. Quando incluídas no mercado de trabalho, seja formal ou informal, vivenciam desigualdades de progressão de carreira (Balbino, 2011), a relegação do espaço privado e a submissão a este, faz com que mulheres sejam minorias nos espaços de tomada de decisão (UN Women, 2016), o que impossibilita a participação como protagonista no desenvolvimento da região. De acordo com relatório desenvolvido pela Christian Aid,<sup>20</sup> e divulgado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em março de

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida à ONU Mujeres, em fevereiro de 2017. No original: “[...] Lo ves en los medios todo el tiempo: los crímenes contra las mujeres se presentan con imágenes muy crudas y nadie parece preocuparse por ello. La violencia se normaliza; es vista como parte de la vida de las mujeres.” Disponível em: <http://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2017/02/take-five-adriana-quinones-femicide-in-latin-america>. Acessado em: agosto de 2017.

<sup>19</sup> No original: “Para la ecofeminista alemana Maria Mies, el cuerpo de las mujeres es la tercera colonia, aparte de los Estados colonizados y la naturaleza sometida. Esta postura articula la denuncia de los procesos coloniales como formas patriarcales de dominio, y por lo tanto, induce una postura crítica al desarrollo, a fin de que sea pensada en una articulación compleja de formas de descolonización y despatriarcalización” (Aguinaga, 2011: 68).

<sup>20</sup> Organização religiosa com sede no Reino Unido, mas atua em diversos países da América Latina.

2017, a desigualdade na região latino-americana é baseada na identidade, gênero e situação socioeconômica. Em suma, “a mulher carrega boa parte do peso das desigualdades na região. São elas que mais sofrem com a violência e os injustos sistemas fiscais” (INESC, 2017).<sup>21</sup>

Faz-se necessário reconhecer que a lei não é suficiente para combater uma violência baseada nas relações de poder, resultante de padrões de poder institucionalizados pelo modelo de desenvolvimento se as estruturas do padrão de poder capitalista não forem substituídas. Em março de 2017, a ocorrência de feminicídio na região latino-americana havia dobrado. Nos dois primeiros meses do ano, já haviam sido 19 homicídios no Equador, oito a mais do que o mesmo período em 2016, na Argentina foram 57 feminicídios entre janeiro e março de 2017, no México foram 10 casos.<sup>22</sup> Apesar das legislações existentes, estas são insuficientes por não acessar a estrutura do padrão de poder vigente. A impossibilidade de agir para além do que é presumido ao seu corpo pelo modelo vigente, leva às relações de poder ao extremo. O assassinato de mulheres em razão de ser mulher, pode ser considerado um dos ápices do controle da disciplina sobre os corpos, do pressuposto de manter a normalidade para o padrão cultural, econômico e político do desenvolvimento. Colocar um sujeito submisso a outro para manter a efetividade do poder é como negar a sua existência. E o social-liberalismo suprime a existência das mulheres de diversas maneiras, às mulheres compete o desenvolvimento reprodutivo e o cuidado a partir da dominação pública do homem (Aguinaga et al, 2011).

Reflexões como essas, sobre grupos marginalizados na estrutura de desenvolvimento, buscam o alcance de políticas públicas e outras medidas para alteração do padrão de poder vigente. As alternativas ao desenvolvimento como o *buen vivir* (Quijano, 2012), em que a equidade nos processos é valorizada, são modelos que devem ser replicados pelos países de modo a minimizar realidades excludentes, como a da situação das mulheres latino americanas.

## Considerações Finais

O artigo buscou contribuir com os estudos sobre gênero e desenvolvimento na América Latina. A partir de uma revisão bibliográfica sobre os marcos teóricos e históricos do tema, a proposta foi apresentar o caso do feminicídio como resultado das relações de poder desiguais no social-liberalismo. A realidade latino-americana, é de tradicional transplantação de modelos de desenvolvimento de países do Centro, mesmo com propostas alternativas de inclusão de políticas sociais, há manutenção do padrão de poder capitalista, que fomenta relações coloniais

---

<sup>21</sup> Reportagem completa e relatório disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/marco/as-multiplas-faces-da-desigualdade-na-america-latina-e-caribe> Acessado em: agosto de 2017.

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/Alerta-En-2017-los-feminicidios-aumentan-en-America-Latina-20170221-0012.html> Acessado em: agosto de 2017.



e extrativistas, marginalizando indivíduos, e os tornando passivos no processo de desenvolvimento.

O estudo de caso do feminicídio se mostrou como exemplificação da manutenção dessas estruturas de poder coloniais, por diferentes razões. Primeiro, apesar da implementação do modelo social-liberalismo no século XXI, com vistas a inclusão de políticas sociais, foi mantido o aumento do número de assassinatos de mulheres, que a exemplo do Brasil cresce desde a década de 1980. No México, de 1993-2005 foram 374 feminicídios, e só no ano de 2016, 263 apenas no Estado do México, em El Salvador foram 318 feminicídios em 2016.<sup>23</sup> Os dados de 2016 são elevados para maioria dos países da região. Guatamelala registrou, oficialmente, 196 crimes desta natureza; Honduras foram 388 entre janeiro e outubro do mesmo ano. Nos quatro primeiros meses de 2017 já haviam sido registrados 204 assassinatos de mulheres na Colômbia<sup>24</sup>. A legislação de feminicídio, aprovada, por alguns países, a partir de 2012, não modificou esta realidade, comprovado pelos dados apresentados. Outra questão é a demora no julgamento dos casos, na Argentina, apenas em setembro de 2017 houve a condenação de dois homens por um caso de feminicídio que ocorreu em 2014,<sup>25</sup> mas três meses antes, em junho de 2017, a justiça argentina liberou dois homens suspeitos pela morte de outra mulher. No Brasil, desde a aprovação da lei, o estado da Bahia realizou apenas duas condenações.<sup>26</sup>

Podem ser delimitadas diferentes causas para este fenômeno, mas para fim deste trabalho, percebe-se na estrutura das relações de poder disciplinar e do biopoder para a manutenção da ordem, uma relação desigual entre homens e mulheres no desenvolvimento. Quando as mortes femininas são, em grande número, por razão de gênero, e os homens são aqueles que cometem o crime, há de se questionar sobre as performances delimitadas pelo padrão de poder e suas relações. A repetição estilizada dos atos limita o espaço a ser ocupado e os direitos adquiridos pelos corpos. As mulheres se uniram através do movimento feminista, primeiramente para garantir atuação no espaço público, através da inserção no mercado de trabalho e conquista de direitos políticos, e posteriormente viu-se necessária a luta pela emancipação no ambiente privado. Contudo, em nenhuma das esferas, nem na pública, nem na

---

<sup>23</sup> Dados disponíveis nos links: [https://elpais.com/internacional/2017/05/15/mexico/1494869255\\_010650.html](https://elpais.com/internacional/2017/05/15/mexico/1494869255_010650.html) [https://elpais.com/internacional/2017/05/15/mexico/1494869255\\_010650.html](https://elpais.com/internacional/2017/05/15/mexico/1494869255_010650.html) Acessados em: setembro de 2017.

<sup>24</sup> Dados disponíveis no link: <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/feminicidios-en-colombia-durante-primeros-cuatro-meses-del-2017-80278> Acessado em: setembro de 2017.

<sup>25</sup> Dados disponíveis nos links: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/argentinos-sao-condenados-prisao-perpetua-por-feminicidio-de-trans.html> [http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/06/16/interna\\_internacional,876952/justica-solta-homens-que-mataram-mulher-a-pauladas-na-argentina.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/06/16/interna_internacional,876952/justica-solta-homens-que-mataram-mulher-a-pauladas-na-argentina.shtml) Acessados em: setembro de 2017.

<sup>26</sup> Dados disponíveis no link: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/07/14/bahia-condena-2-caso-de-feminicidio-mas-estatisticas-nacionais\\_a\\_23030050/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/07/14/bahia-condena-2-caso-de-feminicidio-mas-estatisticas-nacionais_a_23030050/) Acessado em: setembro de 2017.

privada, houve a garantia de autonomia. O feminicídio ocorre tanto nas residências, pelos parceiros das mulheres, quanto nos espaços públicos, nas ruas. O resultado do artigo é o questionamento sobre o que leva esta realidade desigual, a hipótese aqui defendida é que apesar de propor novos vieses e inclusão da temática social, o atual modelo de desenvolvimento latino-americano não alterou o padrão de poder central. As relações ainda são coloniais, patriarcais e excludentes. Permite que apenas aqueles que cumprem as performances de gênero não sejam passíveis da sanção normalizadora, e relega a detenção do poder aos indivíduos que atuam como ativos no desenvolvimento, os homens, que no período de colonização possuíam direitos à terra, e únicos com acesso à política e espaços de tomada de decisão, atuam no período pós-colonial da mesma forma.

Em suma, a relevância desta análise consiste na revisão das relações de poder, e não apenas a inclusão de políticas sociais e legislações que não permitem a mulher ser protagonista no desenvolvimento. Lei do feminicídio e quotas legislativas não revisam o padrão de poder capitalista, e assim como no caso das mulheres outros grupos são marginalizados, os negros, índios, camponeses, demonstrando a diferença entre o discurso e a prática do social-liberalismo. Faz-se necessário estudos de como o padrão de poder incide diretamente nessa população, e nas diferentes formas, no caso da mulher, ir além do feminicídio. A vizibilização dessas realidades é importante caminho para a mudança.

## Referências

Aguinaga, Margarita; Miriam Lang, Dunia Mokrani and Alejandra Santillana (2011): 'Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo', in Miriam Lang and Dunia Mokrani (eds.), *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg; Abya Yala. pp. 58-82. Available at : <http://rio20.net/wp-content/uploads/2012/07/mas-alla-del-desarrollo30.pdf>

Amazonas, Maria Cristina L. de Almeida and Rabelo José Orlando Carneiro Campello (2014): 'A questão do método em Foucault e Butler: caminhos enredados', 18º REDOR, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: pp. 1467-1477. Available at: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2143/721> (Last accessed: March 2017).

Balbino, Viviane (2011): 'Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros. Um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira'. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Available at: <http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata.Substantivo.comum.de.dois.generos.pdf>

Butler, Judith (2003): 'Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade'. Rio de Janeiro: Editara Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_ (2015): 'Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?'. São Paulo: Boitempo.

Bringel, Breno (2013): 'Movimentos sociais e desenvolvimento' in Anete Ivo et al. (orgs.) *Dicionário Temático "Desenvolvimento e Questão Social"*. São Paulo: Annablume. pp. 319-325.

Bringel, Breno and Enara Echart (2017): 'Imaginaros sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalismo', *Revista Española de Desarrollo y Cooperación* (39). Madrid: IUDC-UCM. pp. 9-24.

Castro, Amanda Motta and Rita de Cassia Fraga Machado (2016): 'Movimento Feminista no Brasil e América Latina: Reflexões sobre Educação e Mulheres'. *Revista Contrapontos* Vol.16 (1): pp. 22-39. Available at: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/7943/pdf> (Last accessed: 20/06/2017).

Costa, Renata Gomes da and Clara Maria H. Silveira (s/d): 'Patriarcado e Capitalismo: binômio de dominação e exploração nas relações de gênero'. Available at: [https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO\\_E\\_CAPITALISMO\\_BIN%03%94MIO\\_DOMINA%03%87%03%83O-EXPLORA%03%87%03%83O.pdf](https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%03%94MIO_DOMINA%03%87%03%83O-EXPLORA%03%87%03%83O.pdf) (Last accessed: September 2017).

Domingues, José Maurício (2013): 'Social liberalismo y dominación global', *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacios y poder*, V.4, (2): pp. 193-198. ISSN: 2172-3958.

Echart, Enara (2017): 'Movimientos de mujeres y desarrollo', in Marta Carballo de la Riva (coord.) *Genero y desarrollo: cuestiones clave desde una perspectiva feminista*. España: Los Libros de la Catarata. pp. 131-160.

Escobar, Arturo (1992): 'Imagining a post-development era: Critical Thought, social movements and development', *Social Text* (31/32), Special Issue on Third World and Post-colonial issues: pp. 20-56, Duque University Press.

\_\_\_\_\_ (2005): 'El postdesarrollo como concepto y práctica social', in Daniel Mato (Org.) *Políticas de economía, medio ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.

Ferreirinha, Isabella Maria Nunes and Tânia Regina Raitz (2010): 'As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas', *Revista de Administração Pública, FGV-EMBRAPE*, Rio de Janeiro. ISSN: 0034-7612: pp. 369-383. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>. (Last accessed: March 2017).

Foucault, Michel (1981): 'Microfísica do poder'. Rio de Janeiro: Edições Graal.

\_\_\_\_\_ (1995): 'O sujeito e o Poder' in Paul Rabinow and Hubert Dreyfus. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_ (1999): 'Em defesa da sociedade'. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Gargallo, Francesca (2007): 'Feminismo Latinoamericano', *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Enero-Junio, V.12 (28): pp.17-34. Available at: [http://www.mapuche.info/wps\\_pdf/gargallo160308b.pdf](http://www.mapuche.info/wps_pdf/gargallo160308b.pdf) (Last accessed: Jun 2017).

Gudynas, Eduardo (2010): 'La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda', *Revista Sin Permiso*, (8): pp. 147-167.

Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC (2017): 'As múltiplas faces da desigualdade na América Latina e Caribe', Brasília D-F, 22/03/2017. Available at: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/marco/as-multiplas-faces-da-desigualdade-na-america-latina-e-caribe> (Last accessed: September 2017).

Mingolo, Walter (2005): 'La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial'. Barcelona: Ed. Gedisa.

Oliveira, Adriana Vidal (2008): 'A teoria de Judith Butler: implicações nas estratégias de luta do movimento feminista', II Seminário Nacional, Salvador. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher (NEIM). Available at: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaisteoriafeminista.pdf>. (Last accessed: January 2017).

Osório, Luiz Felipe Brandão (2010): 'O sistema mundo no pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: um estudo comparativo', IV Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas Mundo, Florianópolis. Available at:

[http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o\\_sistema\\_mundo\\_no\\_pensamento\\_de\\_arrighi\\_wallerstein\\_e\\_fiori.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_sistema_mundo_no_pensamento_de_arrighi_wallerstein_e_fiori.pdf). (Last accessed 2017).

ONU MUJERES (2017): 'Combatiendo el Femicidio en América Latina', date 15/02/2017. Available at: <http://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2017/02/take-five-adriana-quinones-femicide-in-latin-america>. (Last accessed: September 2017).

Pogrebisnchi, Thamy (2004): 'Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder', Revista Lua Nova (63): pp. 179-201. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>.

Quijano, Aníbal (2000): 'El fantasma del desarrollo en América Latina', Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Vol. 6 (2) (mayo-agosto): pp. 73-90. Available at: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/56.pdf>.

\_\_\_\_\_ (2012): "¿Bien vivir? Entre el 'desarrollo' y la descolonialidad del poder", in Mar Daza; Raphael Hoetmer and Virginia Vargas: Crisis y movimientos sociales en Nuestra América: cuerpos, territorios e imaginarios en disputa. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, pp. 125-135.

Silva, Fabricio Pereira (2014): 'Quinze anos da onda rosa latino americana: balanço e perspectivas', Observador On-line Vol.9 (12), (ISSN: 18097588): pp. 1. Available at: [https://www.academia.edu/24574677/Quinze\\_anos\\_da\\_onda\\_rosa\\_latino-americana\\_balan%C3%A7o\\_e\\_perspectivas](https://www.academia.edu/24574677/Quinze_anos_da_onda_rosa_latino-americana_balan%C3%A7o_e_perspectivas).

UN WOMEN, United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. (2016): 'Status of Women in the United Nations System'. Available at: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2016/12/status-of-women-in-the-united-nations-system>.